

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria da Silva Toyshima

O Ideário Educacional Jesuítico: explorando o *Ratio Studiorum*

Maringá, PR
2011

Ana Maria da Silva Toyshima

O Ideário Educacional Jesuítico: explorando o *Ratio Studiorum*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Célio Juvenal Costa

Maringá
2011

Dedico este trabalho a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente em minha trajetória acadêmica, aos que me proporcionaram momentos felizes e inesquecíveis.

AGRADECIMENTOS

O último ano da faculdade é, com certeza, o mais desafiador, pois se trata de um período de transição entre o meio acadêmico e o campo de trabalho e, nesse momento vivenciamos diversas sensações: medo, alegria, ansiedade, saudade, insegurança e expectativas. Ao término do curso, sinto-me realizada por ter vivido intensamente tudo o que a Universidade me proporcionou, o estudo de diferentes temáticas, os variados projetos, o contato com excelentes professores e os amigos que fiz. É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo fizeram ou fazem parte da minha vida.

Agradeço primeiramente a DEUS, por ter me dado forças, por guiar meus passos, pelas dificuldades superadas, enfim por ter possibilitado esta grande conquista.

Agradeço de maneira muito especial a minha mãe Neide, ao meu pai Dirceu e à minha irmã Patrícia, por estarem sempre ao meu lado nos momentos serenos e apreensivos, por serem pessoas amáveis e dedicadas. Amo vocês!

Agradeço infinitamente ao meu marido Takao pela cumplicidade, carinho e compreensão. Sei que não foi fácil conviver com minhas ausências, em alguns momentos, quando necessitei priorizar os meus estudos. Mas sei que do seu jeito você fez o possível para manter a harmonia.

Ao Caio, pessoinha linda que eu tanto AMO. Filho você é minha jóia mais preciosa, é você quem enche de alegria e carinho minha VIDA. .

Um agradecimento muito especial ao meu querido professor e orientador Célio, pelo carinho, dedicação e paciência que teve comigo, pelos ensinamentos sempre bem vindos.

Ao professor Sezinando a quem tenho grande admiração, agradeço pelas contribuições em minha formação.

Ao professor Flat e a professora Maria Simone pelas contribuições em meu trabalho.

A minha professora e tutora Sheila, pessoa mais que especial a quem tenho um enorme carinho e respeito. Sinto-me privilegiada pela oportunidade de poder participar de um grupo que tem à frente uma pessoa competente, dedicada e que acima de tudo, ama o que faz.

Ao grupo PET-Pedagogia da UEM que proporcionou experiências incríveis e momentos inesquecíveis e, que fez toda diferença em minha formação acadêmica. Às petianas Andressa, Lili, Lara, Lari, Nathi, Michely, Pati, Pri, Tati, Thaís e Val. Aos egressos Aline, Ariane, Cintia, Denis, Gil, Helena, Mayse e Rita. Pessoas tão especiais.

Meus agradecimentos aos colegas integrantes do Laboratório de Estudo do Império Português (LEIP) pela contribuição em minha formação.

Às minhas amigas e parceiras que compõe o meu grupinho do fundão Flavis, Lara, Pati Guelles, Pati Alves, Paulinha e Pri, meninas vocês alegram minhas manhãs. Tantas conversas, risadas e algumas briguinhas para apimentar a relação. Vou sentir muitas saudades dos momentos maravilhosos que passei com vocês. Agora me diz como será meu café da manhã sem vocês? E a nossa padaria? Aquele cafezinho quentinho e o pão de queijo, que têm um sabor todo especial quando é com vocês!

À Thaís, Tati e Merly pela companhia e carinho ao longo dos anos.

Enfim, agradeço a todos os meus companheiros de salas aqueles que não citei, pelo convívio e troca de experiências ao longo desses quatro anos.

À todos os professores pelos valiosos conhecimentos que me proporcionaram obter uma formação da qual me orgulho.

À Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de desenvolver o presente estudo.

Muito Obrigada.

Nunca devemos nos esquecer de que o futuro não é nem totalmente nosso, nem totalmente não-nosso, para não sermos obrigados a esperá-lo como se estivesse por vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais.

(EPICURO)

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva. **O Ideário Educacional Jesuítico: Explorando o *Ratio Studiorum***. 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

As origens do *Ratio Studiorum* remontam as Constituições da Companhia de Jesus elaboradas por Inácio de Loyola e colocadas em vigor em 1556. A sua IV parte dedicada à educação traz as linhas mestras da organização didática e o espírito da atividade pedagógica da Ordem. Neste Trabalho de Conclusão de Curso objetivou-se analisar o Método Pedagógico dos Jesuítas (*Ratio Studiorum*) adotado nos colégios da Companhia de Jesus para verificar o quanto dele foi utilizado pelos missionários no ensino na América Portuguesa. A importância de tal estudo reside no fato de julgarmos essencial a compreensão do plano de estudos da Companhia de Jesus, que foi uma das instituições mais importantes em relação à educação em Portugal e no Brasil. Entender a educação jesuítica, no que diz respeito ao seu instrumento pedagógico, é procurar compreender a própria organização da Companhia, sua história, sua filosofia de vida e os seus princípios teológicos, filosóficos e formais. O *Ratio Studiorum* é uma das chaves para a compreensão da educação na complexidade da modernidade e, por decorrência, se torna importante para entender a chamada Primeira Educação no Brasil, visto que foram os jesuítas que praticamente monopolizaram a educação formal em Portugal e na América Portuguesa.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. *Ratio Studiorum*. Educação no século XVI. História da Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A ORIGEM DA COMPANHIA DE JESUS.....	12
2.1. O GRANDE IDEAL INACIANO.....	16
2.2. INÁCIO DE LOYOLA: VIDA E OBRA	17
3. RATIO ATQUE INSTITUTIO STUDIORUM SOCIEATIS LESU: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	21
3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO RATIO STUDIORUM	23
3.2. SISTEMA EDUCACIONAL: HUMANIDADES, FILOSOFIA E TEOLOGIA.....	27
3.3. METODOLOGIA DO <i>RATIO STUDIORUM</i> : PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS.....	30
3.4. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PREVISTA NO <i>RATIO STUDIORUM</i>	35
4. A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	38
4.1. O <i>RATIO STUDIORUM</i> E OS COLÉGIOS DA BAHIA, DO RIO DE JANEIRO E DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVI.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6. REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

A *Societas Iesu* foi formada em 1534, nas cercanias de Paris, por seis padres liderados por Inácio de Loyola, com o objetivo de fazer uma moderna cruzada para converter os judeus e retomar Jerusalém ao domínio dos cristãos. Em 1540, o papa Paulo III oficializou a nova ordem religiosa que passou a assumir tarefas diferenciadas daquela principal objetivada por seus fundadores.

As missões internas pela Europa, as missões pelas novas terras conquistadas ao cristianismo, a administração e manutenção de escolas, colégios e universidades, a relação próxima aos soberanos, materializada na atividade de confesores de reis e príncipes, perfazem as atividades que foram desenvolvidas em praticamente todo o mundo. Todas as ações eram decididas e supervisionadas por uma administração central, em Roma, bem próximo ao centro do poder da Igreja Católica.

Já nos primeiros anos de ação educativa e com a fundação de colégios, os superiores da Companhia se preocuparam em elaborar um documento que servisse de orientação para a organização administrativa e pedagógica dos seus colégios. Assim como ocorreu com as Constituições da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* também foi alvo de experiências para que fosse verificada a sua aplicabilidade, buscando a maior universalidade possível diante da vastidão de lugares onde os jesuítas já se encontravam no final do século XVI.

De acordo com Franca (1952) o primeiro esboço do *Ratio* é decorrente da experiência do jesuíta Jerônimo Nadal no colégio de Messina no ano de 1551, no entanto, a primeira versão foi fruto de uma comissão instituída em 1586 pelo padre Aquaviva. Após apreciações é estabelecida a segunda versão, colocada em prática em caráter experimental por três anos e, ao findar o prazo de experiência, os resultados deveriam ser enviados a Roma para a promulgação final. Por fim, uma última comissão se reuniu em 1598 para verificar os novos pareceres e, em janeiro de 1599, foi aprovada e publicada finalmente a versão definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum*.

Estudar o tema proposto neste trabalho de conclusão de curso, o Ideário Educacional Jesuítico: *Ratio Studiorum*, é importante para entender a educação jesuítica, no que diz respeito ao seu instrumento pedagógico, sua história, sua filosofia de vida e os seus princípios teológicos, filosóficos e formais.

O *Ratio Studiorum* é uma das chaves para a compreensão da educação na complexidade da modernidade e, por decorrência, se torna importante para entender a chamada Primeira Educação no Brasil, visto que foram os jesuítas que praticamente monopolizaram a educação formal em Portugal e na América Portuguesa.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o Método Pedagógico dos Jesuítas (*Ratio Studiorum*) adotado nos colégios da Companhia de Jesus para verificar o quanto dele foi utilizado pelos missionários no ensino na América Portuguesa.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo foi pensado para apresentar a origem e materialização da Companhia de Jesus e o seu idealizador Inácio de Loyola.

No segundo capítulo o texto apresenta um esboço do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Lesu*, sua origem e desenvolvimento, a organização Curricular do *Ratio*, o sistema educacional, os procedimentos pedagógicos e a formação dos professores segundo o *Ratio Studiorum*.

No terceiro capítulo, nos dedicamos a apresentar a educação jesuítica na América Portuguesa a fim de verificar a aplicabilidade do *Ratio Studiorum* em seus colégios.

A metodologia utilizada nesta pesquisa consiste na investigação bibliográfica de estudos disponíveis sobre o tema, priorizando os estudos das fontes documentais do período assim como textos historiográficos.

Entre as fontes documentais elencamos algumas cartas de Nóbrega e de Anchieta em que os autores descrevem alguns aspectos sobre os colégios no século XVI, são elas: “Cartas do Brasil” de Manoel da Nóbrega e “Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões” de José de Anchieta. Outra fonte documental utilizada foi “O Método

Pedagógico dos Jesuítas” de Leonel Franca.

Além destes documentos são consultadas obras historiográficas, são elas: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite; *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões – esboço histórico, superiores, colégios, 1540-1934*, de Francisco Rodrigues; *A formação intelectual do jesuíta – leis e factos*, também de Rodrigues e *História das idéias pedagógicas no Brasil*, de Dermeval Saviani.

A leitura e fichamento das fontes documentais e obras historiográficas auxiliaram no processo de investigação de nossas pesquisas.

2. A ORIGEM DA COMPANHIA DE JESUS

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa nascida no contexto do século XVI, em uma época de luta de ideias e abalos sociais e, por conseguinte, está intimamente vinculada aos movimentos e acontecimentos deste período. Alguns movimentos que eclodiram no Mundo Europeu foram o Renascimento, os Humanismos, as Reformas Protestante e Católica, e o desenvolvimento do comércio. Esses movimentos produziram novas direções para a história e consolidaram uma fase de transição para o que hoje conhecemos.

No início do século XVI, a mudança na mentalidade da sociedade europeia repercutiu no campo religioso. A Igreja passou a ser contestada e seus dogmas não eram compreendidos, levando, assim, a uma ruptura na unidade cristã; esse movimento ficou conhecido como Reforma Protestante. O protestantismo teve como um dos principais representantes Martinho Lutero¹ (1483-1546), que propôs reformas das ideias religiosas, provocando assim, uma cisão no mundo católico e uma notável evasão de seus fiéis.

Costa (2004, p.119) apresenta que “a reforma da igreja já era uma necessidade que foi tomando corpo aos poucos nas décadas iniciais do século XVI e que concretizou no Concílio de Trento (1545-1563), pelo menos enquanto deliberação oficial da igreja”.

O Concílio de Trento (1545-1563) acabou sendo o marco da tentativa papal em assegurar a unidade da fé, assim como a disciplina eclesiástica. Esse movimento ficou conhecido na história como Reforma Católica, o qual foi caracterizado como a tentativa do catolicismo de reafirmar os dogmas e difundir a religião católica, recuperando e conquistando fiéis.

De acordo com Costa (2004, p. 119), “o Concílio de Trento foi, portanto, um dos momentos oficiais mais significativos da Igreja Católica no século XVI, e é tido como

¹ Martinho Lutero (1483-1546) nasceu em Eisleben, na Alemanha, em 1505 ingressou na Ordem dos Agostinianos. No ano de 1517, ocorre o seu rompimento com a Igreja Católica. Lutero cola na porta da igreja Wittenberg as famosas 95 teses, protestando contra a atitude do papa e expondo alguns aspectos de sua doutrina.

o mais profundo até o Concílio Vaticano II – ocorrido na década de 60 do século XX”.

Em meio aos conflitos e transformações sociais, emerge a figura de Inácio de Loyola (1491-1556), o qual, decidido a organizar uma Ordem Religiosa com características próprias, “Traçou enfim o plano decisivo de uma Ordem Religiosa inteiramente acomodada às necessidades da vida moderna” (RODRIGUES, 1917, p. 9), fundando, em 15 de agosto de 1534, a Companhia de Jesus, juntamente com seis estudantes da Universidade de Paris, são eles: Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilla, Diogo Laínez, Alonso de Salmerón, Simão Rodrigues e Pedro Fabro.

Na capela de Montmartre, em Paris, fizeram o voto de pobreza, de castidade e de peregrinação. Seis anos mais tarde, em meados de 1540, essa nova ordem religiosa foi aprovada e oficializada pelo Papa Paulo III ²(1534-1549), por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, agora composta por dez membros, já que em 1537 uniram-se a Ordem Pascássio Broët, João de Codure e Cláudio Jav. Leite (1938,p. 6) descreve que quem,

[...] quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da Cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fieis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo dêste seu Instituto, que é como caminho para chegar a Ele, e de conseguir por tôdas as fôrças êste fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zêlo não regulado pela ciência.

Todos os integrantes da Ordem militam por Deus sob obediência do Papa Paulo III e de seus sucessores. Como observamos, a Companhia de Jesus possui certa hierarquia a qual deveria ser correspondida: “façam todos voto de obedecer ao

² Paulo III foi papa de 1534 a 1549; ele quem convocou pela primeira vez o Concílio de Trento, fundou a Inquisição por meio da Sagrada Congregação do Santo Ofício em 1542 e criou também a Sagrada Congregação do Index em 1543. Essas duas instâncias visavam, além da censura e perseguição às heresias, rever os costumes da Igreja e recuperar os seus fundamentos teológicos.

Prepósito da Companhia em tôdas as coisas, que tocam à observância desta nossa regra” (LEITE, 1938, p.7).

A Companhia era dividida administrativamente em províncias que compreendem várias casas e colégios, sendo que cada província possuía à frente a figura de um provincial, em que:

Suas funções, no que se refere aos estudos, resumem-se em nomear o Prefeito de Estudos e de disciplina, em zelar pela formação de bons professores, em promover os estudos na sua Província, exercer uma alta vigilância sobre a observância exata das normas traçadas pelo Ratio e propor ao Geral as modificações sugeridas pelas circunstâncias de tempo e lugar, peculiares à Província (FRANCA, 1952, p. 27).

Para se constituir uma Província era necessário seguir certos critérios, como ter poder aquisitivo para manter suas despesas e atender a circunstâncias geográficas ou linguísticas. Quando as casas se tornavam numerosas dava-se origem a uma nova Província, ou a uma Vice-Província.

Leite (1938, p. 12) traz que,

[...] na Companhia antiga existiram 6 Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal compreendia, além da metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão. Além disso, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Cada Assistência mantém em Roma um representante, chamado Assistente, eleito ordinariamente nas Congregações Gerais. É simples consultor do Geral para os respectivos negócios.

Durante o século XVI, a Companhia de Jesus se estruturou e se consolidou tornando-se a maior associação de ensino que já existiu, ocupando um lugar importante na história da Pedagogia. É necessário destacar que as atividades educacionais não estavam entre os primeiros propósitos da Companhia de Jesus, no entanto, elas acabaram sendo uma das principais características da ordem fundada por Loyola, sem perder evidentemente o caráter religioso e a atividade missionária que a consagrou principalmente em terras do Ultramar.

Logo nos primeiros anos de ação educativa e com a fundação de colégios, os superiores da Companhia de Jesus se preocuparam em elaborar um documento que servisse de orientação para a organização administrativa e pedagógica dos seus colégios.

A Companhia “espalhava-se, em ritmo forte, por todo o mundo, assim como os seus Colégios, e de todas as partes se fazia pressão sobre Roma, a fim de que o modo de proceder fosse uniforme, respeitando os diversos lugares” (MIRANDA, 2009, p. 38). Assim como ocorreu com as Constituições da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* também foi alvo de experiências para que fosse verificada a sua aplicabilidade, buscando a maior universalidade possível diante da vastidão de lugares onde os jesuítas já se encontravam no século XVI.

A fundação de um Plano de Estudos era fundamental, pois a expansão da Companhia desencadeava numerosos problemas de organização devido a diversidade de costumes. Neste sentido, “[...] convém chegar, tanto quanto possível, a uma regra universal, válida para todos os lugares, ainda que as circunstâncias possam necessitar e legitimar a sua adaptação” (MIRANDA, 2009, p. 37).

De acordo com Franca (1952), como tentativa de amenizar os problemas, o governo dos colégios adotou visitas de comissários gerais com a finalidade de uniformizar o trabalho educativo da ordem. Durante 15 anos o Padre Nadal desempenhou a função de organizar e inspecionar os estudos, percorrendo quase toda a Europa, Espanha e Portugal, Itália e França, Áustria e Boêmia, Bélgica e Alemanha.

Depois dele outros visitantes continuaram a missão, como por exemplo, Gonzales Davila e João de Montoia, Everardo Mercuriano e Polanco, Maldonado e Olivério Manareu. No entanto, Franca (1952, p. 07) menciona que o regime de inspeções periódicas não era a solução definitiva do problema, era necessária a elaboração de um código de leis que assegurasse a semelhança e a uniformidade da crescente atividade pedagógica da Sociedade de Jesus.

2.1. O GRANDE IDEAL INACIANO

No século XVI a Europa encontrava-se em meio a transformações sociais e o estabelecimento da Companhia de Jesus foi um dos fatos mais importantes do século e, o seu idealizador, Inácio de Loyola, um homem de influência espiritual no mundo moderno.

Inácio decide fazer de sua Ordem uma sociedade composta por homens absolutamente eruditos e, para isso, instituiu casas de formação científica e literária, determinando que fossem admitidos em sua ordem jovens “que pelo talento e virtude dêem fundadas esperanças de que hão de vir a ser doutos e profícuos á sociedade” (RODRIGUES, 1917, p. 10). No entanto, sua intenção não se limitava em formar apenas homens sábios e sim transformar o ensino e a ciência Teológica em um meio de regeneração e elevação da humanidade.

Pretendia reformar as ideias para melhorar os costumes, alumiar o entendimento para dirigir a vontade e modelar o coração pela virtude, formar sábios para os tornar homens de caráter e os afeiçoar pelo modelo que elle tinha na mente e o arrebatava, o Homem-Deus, exemplar e ideal de toda a perfeição humana (RODRIGUES, 1917, p. 11).

Na pedagogia jesuítica a instrução e a educação³ progrediam juntas, desta maneira, não se deve desconsiderar esses processos como estritamente religiosos e que se utiliza do ensino para promover a verdadeira religião, pois o ideal da Companhia é proporcionar a realização plena da natureza humana. Santo Inácio quer que seus companheiros tenham domínio de si mesmo e que sejam homens de caráter. “Boehme condensa nesta frase o ideal de de S. Inácio; “vence-te a ti mesmo e sacrifica-te pelo serviço da Igreja” (FRANCA, 1952, p. 13-14).

A pedagogia Inaciana emprega a doutrina do Evangelho, o qual tem como fundamento os preceitos da moral de Jesus Cristo. Rodrigues (1917, p. 19) argumenta que “a educação moral é o fim a que elles primeiro que tudo pretendem

³ A utilização dos termos instrução e educação são necessárias neste período histórico, visto que a palavra instrução tem significado de educação formal, ensino sistematizado e o conceito de educação é utilizado no sentido de educação moral, educar e formar o caráter do cristão de acordo com os preceitos da religião católica. Segundo Miranda (2009, p. 41) deve-se equilibrar a educação intelectual com a educação moral.

chegar e para a qual fazem convergir todos os meios que estão ao seu alcance”. Sendo assim, seus colégios formam homens de caráter predominantemente cristão, uma vez que S. Inácio tinha convicção de que a instrução sem a educação religiosa constituía um perigo para a sociedade.

E o professor, para Loyola, deveria ser o exemplo para seus alunos e suas ações modelos, neste sentido, o mestre deveria aproveitar todas as oportunidades nas tarefas escolares para semear o germe da virtude no coração dos discípulos com uma palavra, com uma observação ou conselho (RODRIGUES, 1917, p. 20). O *Ratio* na regra 1 comuns a todos os professores das faculdades superiores (1952, p. 87) apresenta que:

O fim especial do professor, tanto nas aulas quando se oferecer a ocasião, com fora delas, será mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhes são agradáveis, e alcançar que para este objeto orientem todos os seus estudos.

Em suma, o propósito da Companhia de Jesus é propiciar ao próximo todas as disciplinas convincentes ao Instituto, de modo a levá-los ao conhecimento e amor do Criador Jesus Cristo, por conseguinte, o Provincial tem por dever zelar para que os propósitos sejam plenamente correspondidos (RATIO, 1952, p. 69).

2.2. INÁCIO DE LOYOLA: VIDA E OBRA

Serafim Leite em seu livro “História da Companhia de Jesus no Brasil” apresenta que Santo Inácio nasceu no castelo de Loiola, nas Vascongadas, por volta de 1491, de origem militar, viveu na juventude uma vida desregrada, dos gentios, fidalgos e militares.

Foi nomeado capitão na guarnição de Pamplona, capital de Navarra e, neste período, ocorreu a guerra com a França, em que Inácio se feriu e foi enviado para recuperar-se na terra natal. Durante a recuperação pediu livros de cavalaria para ler, como não encontraram lhe deram uma “Vida de Cristo” e um “Florilégio de Santos”. Com as leituras surgiu no espírito de Inácio outro ideal.

[...] que fizera até ai? Servir os princípios da terra. Daí em diante seguiria o Rei dos Reis. Se até ai dera a juventude ao mundo e às

suas vaidades, para o futuro iria pôr-se unicamente ao serviço da glória de Deus (LEITE, 1938, p. 3-4).

Primeiramente Loyola dividiu o pouco que tinha entre os mais necessitados, dando sua requintada roupa de cavaleiro. Depois deste episódio, ele seguiu sua árdua peregrinação com muitos obstáculos e provações. Visitou as ermidas de nossa Senhora, passou por Monserrat e se estabeleceu em Manresa, na Catalunha, por um ano pedindo esmola e repousando onde lhe davam abrigo. De vez em quando se dirigia até uma gruta para orar; segundo Leite (1938, p. 4) neste seu retiro teve a primeira ideia dos Exercícios Espirituais (jejuns, oração, reflexão, assistência divina).

Em Barcelona, decidido a pregar os Exercícios Espirituais, se dedica após seus trinta anos a aprender latim nos bancos da escola. De acordo com Leite (1938, p. 4) Loyola:

Dirige-se depois para as Universidades de Alcalá e Salamanca. Começando a dar os *Exercícios*, sem estudos, atrai sobre si atenção dos Inquisidores, naquelas duas cidades. É preso. [...] todavia, persistindo as peias que lhe tolhiam a prègação, resolveu acabar os estudos em Paris.

Em Paris estudou primeiro no Colégio de Montaigu, posteriormente passou para o de Santa Bárbara e, em 1534, Inácio de Loyola recebeu grau de mestre em Artes.

De acordo com Leite (1938, p. 10), estando assim a Companhia oficializada, faltava apenas que se escrevessem as Constituições⁴. Santo Inácio começou a escrevê-las em 1547 e, em 1550, depois de redigida a primeira fórmula, Inácio apresentou aos Padres mais competentes, entre eles Francisco de Borja e Lainez, para analisar o texto, sendo que todos aprovaram com poucas modificações.

Após correções feitas por ele próprio foi anunciada nas diversas províncias da Companhia, a partir de 1552. De início, as Constituições foram instituídas somente

⁴ As Constituições da Companhia de Jesus é uma obra escrita por Inácio de Loyola que veio à luz em 1559, tal documento é composto por dez partes, cujo conteúdo traz os princípios que deveriam nortear a vida de cada integrante da Companhia de Jesus, dentre eles podemos destacar a obediência, a castidade e a pobreza.

para experiência como Loyola desejava e somente em 1558, após sua morte, que elas foram aprovadas pela Congregação Geral.⁵

As Constituições da Companhia de Jesus é uma obra que confirma toda genialidade de Loyola, pois em dez partes demonstra uma organização singular.

A *Primeira*, da admissão dos que hão-de seguir o nosso Instituto; a *Segunda*, da demissão dos que não pareçam idôneos para êle; a *terceira*, da conservação e aproveitamento em virtude dos que ficarem; a *quarta*, da formação em letras e outros meios de ajudar o próximo os que se tiverem ajudado a si-mesmos em espírito e virtudes, a *quinta*, da incorporação na Companhia dos que assim forem formados; a *sexta*, do que devem observar em si mesmos os já incorporados; a *sétima*, do que se há de observar para com os próximos, repartindo os operários e empregando-os na vinha de Cristo Nosso Senhor; a *oitava*, do que toca a unir entre si e com a sua cabeça os que estão repartidos; a *nona*, do que respeita à cabeça e ao govêrno que dela ao corpo desce; a *décima*, do que universalmente toca à conservação e aumento de todo o corpo desta Companhia no seu bom ser. Esta é a ordem, a qual se terá nas Constituições e Declarações, olhando ao fim que todos pretendemos da glória e louvor de Deus Nosso Criador e Senhor (LEITE, 1938, p. 11).

Outra obra de Inácio de Loyola são os *Exercícios Espirituais*, um pequeno livro escrito em Marense no momento que estava ferido e se recuperando de um tiro que havia recebido em Pamplona, em 1521.

Optando pela religiosidade, escreve o livro *Exercícios Espirituais*, de que deriva toda a espiritualidade da Companhia de Jesus. De acordo com Leite (1938, p. 15), o livro:

Assenta em dois princípios: um, com fundamento, na razão esclarecida pela fé, e criação do homem e o fim para que foi criado; outro fundado na fé, - a Incarnação do filho de Deus, cuja imitação deve ser a maior ambição humana. Supõe-se o pecado: e, portanto, a reação contra o prazer. [...] Santo Inácio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha para a conquista do mundo. Cerra os laços da disciplina, fortifica as almas pela oração, exame particular, sacramentos, e liberta os seus religiosos, de práticas externas, boas em si, mas que poderiam tolher os movimentos de uma campanha activa: côro, jejuns, capitulo, hábito próprio. A

⁵ O supremo poder legislativo da Companhia de Jesus está na Congregação Geral. Inácio de Loyola traça nas Constituições o perfil do Superior Geral: homem de coração e união com Deus; possua as virtudes próprias do estado religioso, em particular caridade, humildade, mortificação, mansidão e fortaleza; seja de grande entendimento e juízo, vigilante e eficaz para levar as coisas a bom têrmo; goze de saúde e forças e tudo o mais que possa dar crédito e autoridade.

abnegação *interior* é a força da Companhia de Jesus. Fundada nos Exercícios, a sua espiritualidade reveste carácter magnífico de unidade, precisão, largueza de vistas, flexibilidade e segurança.

Além das Constituições, Exercícios Espirituais, Inácio fundou o asilo para os cristãos novos e também para aqueles que tinham o desejo de se converter ao cristianismo. Instituiu a Casa Santa Marta para mulheres pobres, pecadoras, além de escolas e universidades.

3. RATIO ATQUE INSTITUTIO STUDIORUM SOCIETATIS LESU: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Podemos considerar que as origens do *Ratio Studiorum* remontam as Constituições da Companhia de Jesus elaboradas por Inácio de Loyola e colocadas em vigor em 1552. A sua IV parte, dedicada à educação, traz as linhas mestras da organização didática e o espírito da atividade pedagógica da Ordem.

De acordo com Franca (1952), esta parte das Constituições registrava apenas a orientação geral, sendo necessária a elaboração e a sistematização de um plano de estudos específico para nortear as atividades de cunho pedagógico nos colégios da Companhia.

Em 1551 foi dado o primeiro passo em direção ao documento que guiaria a ação administrativa e educativa dentro dos colégios jesuíticos, quando Jerônimo Nadal⁶, a pedido do Geral Loiola, recolheu informações a respeito dos colégios, principalmente o de Messina⁷, e, a partir das observações, elaborou o primeiro regulamento que foi enviado aos colégios.

Neste mesmo ano foi fundado também o Colégio Romano⁸ que se tornou o principal da Companhia. Conforme Franca (1952) o Colégio Romano teve entre os anos de 1564 a 1566, como Reitor, justamente o padre Nadal que, acumulando mais essa experiência, elaborou um novo plano posto em execução durante o seu reitorado, o *Ordo Studiorum*.

⁶ De 1552 a 1557 percorreu quase toda a Europa, como delegado de Inácio para explicar e promulgar as Constituições da Ordem. De 1557 a 1559 foi nomeado Prefeito de Estudos no Colégio Romano e governou, como Reitor, o mesmo colégio de 1564 a 1566.

⁷ Primeiro Colégio de jesuítas criado em Messina, na Sicília, em 1548, a pedido do vice-rei, D. Juan de Veiga, sob direção de Nadal. Foi nesse colégio que, pela primeira vez, os jesuítas aplicaram um plano de estudos que, posteriormente, viria a ser adotado nos demais colégios da Ordem. O método utilizado no colégio de Messina foi o *modus parisiensis*.

⁸ O Colégio Romano foi fundado em 1551 e tornou-se referência para toda Ordem. O método de ensino utilizado foi o *modus parisiensis*, caracterizado pela distribuição de alunos em classes, realização pelos alunos de exercícios escolares e mecanismo de incentivo ao trabalho escolar. A organização da classe dava-se por um grupo de alunos mais ou menos da mesma idade e com o mesmo grau de instrução. O conhecimento era proporcional ao nível do aluno e cada classe era regida por um professor.

Segundo Saviani (2008, p. 50) “está aí aquilo que se poderia considerar o primeiro esboço do *Ratio Studiorum* que foi enviado de Roma para as instituições que iam sendo fundadas nos diversos países visando uniformizar a organização e o funcionamento dos colégios”.

No entanto, é em 1584 que os dirigentes da Companhia, por meio de seu Geral Acquaviva, decidem realizar um plano de estudo visando à uniformização dos colégios e universidades dos futuros jesuítas e dos alunos externos. Nove meses depois o trabalho estava concluído e foi submetido a uma comissão de professores do Colégio Romano; não satisfeito Acquaviva enviou o documento para estudo de toda a Companhia. Conforme Franca:

[...] foi o *Ratio* enviado em 1586 a todos os provinciais, acompanhado de uma circular de Acquaviva. Nela se recomendava que em cada província se nomeasse pelo menos 5 padres abalizados no saber e na prudência para que, desembaraçados, estudassem a nova fórmula dos Estudos, primeiro em particular, depois em consultas e, por fim, redigissem livremente o seu parecer, a ser remetido para Roma dentro de cinco ou seis meses (1952, p. 09).

Em 1591, uma nova comissão, composta por três dos seis integrantes da comissão de 1585, Tucci, Azor e Gonzalez, recebeu e analisou o conteúdo dos relatórios. “Para a elaboração de uma nova versão, o geral da Companhia associou a esses três compiladores uma espécie de comissão de notáveis compostos pelos mais renomados professores do Colégio Romano” (SAVIANI, 2008, P. 53). Após críticas e sugestões de melhorias vem à luz a segunda versão, colocada em prática em caráter experimental por três anos e, ao findar o prazo de experiência, os resultados deveriam ser enviados a Roma para a promulgação final.

Uma última comissão se reuniu em 1598 para verificar os novos pareceres e, em janeiro de 1599, foi aprovada e publicada finalmente a versão definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum*.

Esta edição, retocada ligeiramente em 1616, vigorou nos Colégios dos Jesuítas até 1773, ano da supressão da Companhia, Em 1832 (como se sabe, a Companhia de Jesus foi restaurada em 1814, pelo Papa Pio VII), é publicada uma nova edição da *Ratio*. Não se trata de uma nova *Ratio*, mas de uma adaptação do texto de 1599 às novas exigências do século XIX. [...] na *Ratio* de 1832, encontrarão maior

espaço as línguas modernas, o estudo da matemática, da física, da química, da astronomia, da história natural, da geografia e da história universal (MIRANDA, 2009, p. 40).

O código de leis que passava a orientar a atividade pedagógica dos colégios jesuíticos representava os resultados de uma experiência de meio século aplicado com êxito em todos os lugares.

O *Ratio*, portanto, é filho da experiência, não de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia (FRANCA, 1952, p. 23).

O *Ratio Studiorum*, “expressa o modelo ideal de formação, de educação dos estudantes nos colégios e universidades” (COSTA, 2004, p. 225), e carrega o caráter histórico da sociedade de Jesus. Para Miranda (2009, p. 41)

A pedagogia da *Ratio* pretende que o educando, a partir da sua liberdade, desenvolva ao máximo, de modo harmônico e segundo uma hierarquia de valores, as suas disposições espirituais e as suas faculdades mentais, volitivas e afetivas, de acordo com a sua verdadeira natureza e destino.

Franca (1952, p. 79) traz que o documento *Ratio Studiorum* previa certa flexibilidade e adaptações das suas regras respeitando a diversidade dos lugares na qual a Companhia possuía colégios. Um exemplo que confirma sua flexibilidade é a regra 39 do provincial que prevê modificações na organização do ensino para melhor progresso das letras, desde que estas, se aproximem o mais possível das normas estabelecidas no *Ratio*.

3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO RATIO STUDIORUM

Franca (1952) apresenta que o código representado pelo *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* caracteriza-se como um manual prático que preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula.

Segundo Saviani (2008) o manual contém 467 regras, cobrindo todas as atividades dos agentes envolvidos ao ensino. A tabela a seguir foi retirada no autor e, tem como finalidade proporcionar um esboço das regras e normas instituídas no documento.

REGRAS DO <i>RATIO STUDIORUM</i>	467
A) Regras do provincial	40
B) Regras do reitor	24
C) Regras do prefeito de estudos superiores	30
D) Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores	20
E) Regras particulares dos professores das faculdades superiores distribuídas em: a) Regras do professor de Escritura (20); b) Regras do professor de Hebreu (5); c) Regras do professor de Teologia (14); d) Regras do professor de Teologia Moral (10);	49
F) Regras dos professores da faculdade de Filosofia: a) Regras do professor de Filosofia (20); b) Regras do professor de Filosofia Moral (4); c) Regras do professor de Matemática (3);	27
G) Regras do prefeito de estudos inferiores	50
H) Regras dos exames escritos	11
I) Normas para a distribuição de prêmios	13
J) Regras comuns aos professores das classes inferiores	50
L) Regras particulares dos professores das classes inferiores: a) Regras do professor de Retórica (20); b) Regras do professor de Humanidades (10); c) Regras do professor de Gramática Superior (10); d) Regras do professor de Gramática Média (10); e) Regras do professor de Gramática Inferior (9);	50
M) Regras dos estudantes da Companhia	11
N) Regras dos que repetem a teologia	14

O) Regras do bedel	07
P) Regras dos estudantes externos	15
Q) Regras das academias, distribuídas em: a) Regras gerais (12); b) Regras do prefeito (05); c) Regras das academias de teologia e filosofia (11); d) Regras do prefeito da academia dos teólogos e filósofos(04); e) Regras das academia de retórica e humanidades (07); f) Regras da academia dos gramáticos (08)	47

(SAVIANI, 2008, p. 54)

A partir desta tabela verificamos que o Plano de Estudo dos jesuítas inicia-se com as regras do provincial, depois as regras do reitor, do prefeito de estudos, dos professores em geral e de cada matéria de ensino em particular; contempla também as regras da prova escrita, distribuição de prêmios, do bedel, dos alunos e por fim as regras das diversas academias.

Além das regras e das normas, o *Ratio* apresenta os níveis de ensino (Humanidades, Filosofia e Teologia) e as disciplinas que os alunos deveriam cumprir. A seguir, vejamos a organização curricular do *Ratio Studiorum*, conforme apresenta Franca (1952 p. 27-28).

I - Currículo Teológico - 4 anos

- Teologia Escolástica. 4 anos; dois professores, cada qual com 4 horas por semana.
- Teologia Moral. 2 anos; dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia.
- Sagrada Escritura. 2 anos com aulas diárias.
- Hebreu. 1 ano, com duas horas por semana.

II- Currículo Filosófico – 3 anos

- 1º ano – Lógica e introdução às ciências; um professor; 2 horas por dia.

- 2º ano – Cosmologia, Psicologia, Física - 2 horas por dia, Matemática – 1 hora por dia.

- 3º ano – Psicologia, Metafísica, Filosofia moral – dois professores. 2 horas por dia.

III – Currículo Humanista – 3 anos

O currículo humanista corresponde ao moderno curso secundário, abrange no *Ratio* cinco classes:

- Retórica

- Humanidades

- Gramática Superior

- Gramática Média

- Gramática Inferior

De acordo com o autor:

Estas classes são caracterizadas por graus, ou estágios de progresso. Representam menos uma unidade de tempo (1 ano) do que uma determinada soma de conhecimentos adquiridos. Só podia ser promovido à classe superior, o aluno que os houvesse assimilado integralmente. Por isso, na prática, o currículo dilatava-se muitas vezes por 6 e 7 anos; a última classe de gramática e às vezes a penúltima desdobravam em duas outras, A e B, ou ínfima gramática *primi ordinis* e ínfima gramática *secundi ordinis* (FRANCA, 1952, p. 28).

Quanto ao horário Franca (1952) descreve que o *Ratio* dispõe 5 horas por dia de estudos, sendo duas e meia pela manhã e as demais no período da tarde. O tempo era minuciosamente distribuído entre o grego e o latim, a prosa e a poesia, e os diversos exercícios escolares, preleção, lição, composição, desafio etc. A ordem dos estudos poderia ser alterada de acordo com os costumes locais.

3.2. SISTEMA EDUCACIONAL: HUMANIDADES, FILOSOFIA E TEOLOGIA

CURSO DE LETRAS OU LÍNGUAS

O latim era o centro do curso literário e com ele se ensinava o grego, a língua pátria, a história, mas “entender os autores clássicos, falar corretamente o latim escrevê-lo com elegância e primor ciceroniano era o alvo principal a que se dirigia o empenho do mestre e os esforços do discípulo” (RODRIGUES, 1917, p. 42- 43).

Uso do Latim. – Zele com diligência para que se conserve em casa o uso do latim entre os escolásticos; desta regra de falar latim não haja dispensa, exceto nos dias de feriados e nas horas de recreio, a menos que, em algumas regiões, não pareça ao provincial que, ainda nessas ocasiões, se pode conservar com facilidade o uso de falar latim. Procure também que os nossos escolásticos, que ainda não terminaram os estudos, quando escreverem cartas aos nossos escrevam em latim. Além disto, duas ou três vezes no ano, quando se festeja alguma solenidade, como o começo do ano letivo ou a renovação dos votos, os nossos estudantes de filosofia e teologia componham e exponham em público alguns versos (RATIO, 1952, p. 80).

Franca (1952) expõe que o curso iniciava pela gramática latina e subia pelos três degraus da gramática ínfima, média e suprema, passando, posteriormente, para a classe de humanidades e, por fim, para a retórica.

Na classe ínfima de gramática aprendiam-se os elementos da Arte e os princípios da língua grega; para as preleções eram escolhidas as cartas mais simples de Cícero.

O objetivo desta classe é o conhecimento perfeito dos elementos da gramática, e inicial da sintaxe. Começa com as declinações e vai até a construção comum dos verbos. Onde houve duas subdivisões, na subdivisão inferior se explicarão, do primeiro livro, os nomes, verbos, as regras fundamentais, as quatorze regras da construção, os gêneros dos nomes; na superior do primeiro livro a declinação dos nomes sem os apêndices, e ainda os pretéritos e os supinos, do livro segundo, a introdução à sintaxe sem os apêndices até os verbos impessoais. Em grego, a subdivisão mais atrasada aprenderá a ler e escrever, a mais adiantada os nomes simples, o verbo substantivo e o verbo barítono. Nas preleções adotem-se, dentre as cartas de Cícero, só as mais fáceis, escolhidas para este fim, e, se possível, impressas separadamente (RATIO, 1952, p. 138).

Na classe média aprendia-se toda a gramática em busca de um conhecimento geral, no grego avançava-se até os verbos e explicavam-se as cartas familiares de Cícero.

Por fim, na classe suprema procurava-se obter notícias completas dos preceitos e elegância da gramática latina. No grego estudavam-se as regras gramaticais e avançava nos estudos de Cícero.

A aula de HUMANIDADES tinha por fim preparar o campo á eloquencia pela exposição breve dos preceitos da rhetórica e pelo conhecimento da língua procurando que os alumnos lhe penetrassem a propriedade dos termos e possuíssem as riquezas do vocabulário (RODRIGUES, 1917, p. 45).

A classe de retórica buscava formar perfeitos oradores e familiarizar os alunos na arte da poesia, os mestres apresentavam os preceitos de Cícero e Aristóteles.

Os discursos de Cícero ocupavam primeiro plano, tendo em vista o aperfeiçoamento do estilo, mas também se estudava a obra de Quintiliano e de Aristóteles (Retórica e Poética) e a obra de alguns historiadores, tendo em vista a erudição, também própria do programa desta classe (MIRANDA, 2009. p. 30).

Para ampliar a formação literária do aluno o *Ratio* apresentava uma variedade imensa de conhecimentos, como “a chronologia, a historia, a geographia, os usos e costumes das gentes, a noticia biographica e literaria dos auctores, noções de literatura, mytologia e technologia [...]” (RODRIGUES, 1917, p. 45-46). Como adverte o *Ratio* de 1586 a língua do povo era instrumento indispensável para o ministério do sacerdócio e ensino.

CURSO DE FILOSOFIA

O ensino de filosofia que se propõe era baseado em uma linguagem pura, de bons pensamentos e raciocínio legítimo, “visava directamente a formação scientifica da intelligencia; mas, segundo o *Ratio Studiorum*, encaminhava-se a um fim moral e religioso [...]” (RODRIGUES, 1917, p. 56). Ensinavam-se as matérias de lógica, física e ciências naturais, como método, e os mestres utilizavam os autores propostos pelo *Ratio*.

A regra 30 do prefeito de estudos traz que

Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia não se ponham todos os livros, mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos

um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o Reitor se convém se lhes dê algum Santo Padre. Além disto, dê a todos os estudantes de teologia e filosofia algum livro de estudos clássicos e advirta-lhes que lhe não descuidem a leitura, em hora fixa, que parecer mais conveniente (RATIO, 1952, p. 83).

O curso completo de filosofia tinha duração de três anos com duas horas diárias de lição, o estudo contemplava a matemática, as ciências naturais e o estudo da meteorologia. No entanto, em Coimbra e Évora se estendia até ao quarto ano, em que se preparavam os discípulos para o exame público. Miranda (2009, p. 32) apresenta que:

O primeiro ano era consagrado à *lógica* e previa o estudo de livros como *Da Interpretação, Primeiros Analíticos, Tópicos e Refutações Sofísticas*, incluindo desde logo algumas partes da *Física e Da Alma*. No segundo ano, o corpus aristotélico englobava os oito livros da *Física* e ainda *Do Céu, Da Geração e Corrupção e Meteorológico*. No terceiro ano, acabava-se os estudos dos livros *Da Geração, Da Alma* e iniciava-se o estudo da *Metafísica*.

No que se refere ao estudo da filosofia Miranda (2009) divulga que Portugal trouxe contribuições notáveis com a obra de Pedro da Fonseca, considerado o Aristóteles português, e principalmente com o chamado *curso conimbricense*⁹, que abriu novos horizontes à filosofia.

CURSO DE TEOLOGIA

Os cursos de Letras, Filosofia e Ciências Naturais preparavam para o estudo da Teologia. Rodrigues (1917) observa que se a Companhia não formar bons historiadores, astrónomos, físicos, pode até encontrar desculpa, “mas se não apresentar bons theologos, não cumpriu a sua missão de ensinar”. Pois em uma sociedade extremamente religiosa a teologia é o principal caminho é a ciência de Deus. Os jesuítas seguem os dogmas teológicos e filosóficos de S. Tomás de Aquino por ser a mais sólida e segura.

⁹ Conforme Miranda (2009, p. 33) o *curso conimbricense* constitui em importantes expressões do ambiente de Humanismo que então se vivia na cidade de Coimbra e no Colégio das Artes. Numa opção pelo tomismo, os mestres conimbricenses criavam uma escola de filosofia, com tradução, comentários e transmissão da obra aristotélica, de método breve e claro. O *curso conimbricense* reflete o método estabelecido no *Ratio*.

O curso de Teologia tinha a duração de quatro anos, porém, aqueles que possuem aptidão para o estudo deveriam permanecer por mais dois anos para aprofundar os conhecimentos adquiridos e assim alcançarem a mais vasta erudição.

Miranda (2009, p. 33-34), no livro *Código pedagógico dos Jesuítas*, traz que as aulas ocupavam seis dias semanais nos quais o *Ratio* previa horários para as lições de cada classe, disciplina, exercícios e também para o estudo pessoal, deixando sempre acessível à adequação aos costumes locais.

Quanto ao sábado, domingo e dias festivos a autora destaca que também havia um horário próprio para o estudo, preenchido por disputas ou por repetições, discursos, declamações de poesias e até mesmo preleções.

3.3. METODOLOGIA DO *RATIO STUDIORUM*: PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

A metodologia é a parte mais desenvolvida do *Ratio Studiorum*, compreendendo tanto os processos didáticos utilizados para a transmissão, quanto os estímulos pedagógicos, “a intenção que nos ditou foi não só de orientar os professores novos como de unificar o sistema de ensino e a tradição da Ordem” (FRANCA, 1952, p. 34). Não ocorreu uma padronização rígida do processo de trabalho, pois a variedade de métodos propostos dava uma ampla liberdade de escolha que poderia ser adaptada a diversos dons e à variedade de circunstâncias.

Franca também afirma que ao mestre se confere largos poderes de iniciativa, podendo ele fazer uso dos métodos preestabelecidos ou apropriar-se de novos, conforme Franca (1952, p. 34) “norma e liberdade, tradição e progresso balançam-se em justo equilíbrio”.

A preleção é o ponto chave do sistema didático do *Ratio*. Como o próprio nome indica é uma lição antecipada, isto é, uma explicação do que o aluno deverá estudar, cujo método e aplicações variam de acordo com o nível intelectual dos estudantes.

Nas classes elementares de gramática, por exemplo, após a leitura e o resumo do texto, o professor explica, resolve as dificuldades relativas ao vocabulário, à

propriedade dos termos, o sentido das metáforas, a gramática e a conexão das palavras. “Preleção de gramática. – A lição de gramática, restringe-se, no máximo, a uma regra e antes de estar bem aprendida, não se passe à seguinte” (RATIO, 1952, p. 140). Na medida em que a classe se aproxima da retórica começam as questões relativas à sintaxe, ao estilo e à arte de composição.

A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos, mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma compreensão viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. Observa, analisa palavras, períodos, parágrafos; resume passagens, compara; critica; adquire hábitos de estudo; desenvolve o desejo de ulteriores investigações para formação do critério de uma apreciação pessoal (FRANCA, 1952, p. 35).

A preleção de Cícero obedecia ao seguinte método: primeiro lia-se seguidamente todo o trecho e depois em vernáculo indicava-se o sentido. Posteriormente traduzia-se o período no idioma pátrio. Em terceiro lugar indicava-se a estrutura, as regras gramaticais, as metáforas com exemplos acessíveis. Em quarto lugar percorria-se novamente o trecho do autor em vernáculo (RATIO, 1952, p. 139).

Anteriormente à preleção sempre se recitava de cor um trecho latino em prosa ou verso. Além da lição de cor, que antecede a preleção da retórica e de comentários de autores, existiam outros exercícios escolares: colheita de frases de bons autores, versão e retroversão, ditado do tema da composição, redação de inscrições, epigramas etc.

Segundo Franca (1952) a variedade das ocupações suavizava o esforço e mantinha a atenção sempre alerta. O método utilizado é essencialmente ativo, professor e aluno trabalham em conjunto, os estudantes são frequentemente solicitados a uma colaboração contínua. De acordo com Miranda (2009, p. 41) “ao estudante, protagonista da sua aprendizagem, é expressamente exigido um caráter activo, personalizador e autoformativo, evitando a abulia, a passividade, o desinteresse e indiferença”.

Em se tratando do trabalho do professor, este era eficientemente ajudado pelos alunos, pois o ato educativo é intercomunicativo de ensinamento e aprendizagem

mútua, entre educador e educando (MIRANDA, 2009, p. 41). Para auxiliar os professores em aulas, na organização de grupos, passagem e correções de lições, controle na disciplina, seriedade e constância em aula haviam os decuriões, alunos escolhidos pelo desempenho escolar e mérito pessoal.

Para esses ajudantes do professor, existiam regras as quais deveriam ser cumpridas como, por exemplo, obediência ao professor, em que seu dever era executar fielmente tudo o que lhe era prescrito. Sobre as aulas, deveria providenciar para que tudo corresse adequadamente (que não falte assentos, cuidados com a limpeza, concerto dos quebrados, cuidados com o início do horário das aulas, entre outros). Levar ao conhecimento do Superior se os estudantes não comparecem às lições, repetições, disputa ou deixam de cumprir algum dos deveres relativos ao estudo ou disciplina (RATIO, 1952, p. 144).

Passamos assim dos processos didáticos aos estímulos pedagógicos utilizados nos colégios da Companhia para incentivar a atividade dos alunos. Faz-se necessário destacar que “os jesuítas não eram amigos dos castigos corporais. Não os suprimiram de todo, mas alistaram-se decididamente entre os que mais contribuiram para suavizar a disciplina” (FRANCA, 1952, p. 37). Nesse sentido, as próprias Constituições da Companhia já estabelecem que “na medida do possível a todos se trate com o espírito de brandura, de paz e de caridade”, princípio que foi conservado pelo *Ratio*. Um exemplo pode ser percebido na regra 40 do professor das escolas inferiores quanto ao modo de castigar:

Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos não chame ninguém se não por seu nome ou cognome; por vezes é útil em lugar do castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia; ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas cometidas por fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos [...] principalmente se forem mais crescidos (RATIO, 1952, p. 122-123, J-40).

Os castigos físicos eram aplicados em casos mais graves, quando as boas palavras e exortações não fossem suficientes. Como afirma Rodrigues (1917, p.31) “não é

porém muitas vezes suficiente a reprehensão de palavras; torna-se necessario o castigo corporal”. Entretanto, podemos afirmar que o persuasivo exprimia a norma e a prática dos colégios da Companhia.

Contudo, se fosse necessário fazer uso dos castigos físicos era chamado um corretor¹⁰ para aplicar a palmatória, cujos golpes não poderiam passar de seis, nunca no rosto ou na cabeça, assim como, nunca em lugar solitário, mas sempre na presença de pelo menos duas testemunhas. Franca (1952) aponta que não se tinha em vista ferir ou humilhar o aluno e sim lhe causar uma pequena dor física que na primeira idade era um meio eficiente de disciplinar.

Como os castigos físicos ficavam sempre como último recurso, uma vez que a regra era recorrer aos sentimentos mais nobres da honra e da dignidade, a emulação constitui em seu sistema uma das forças psicológicas mais eficientes. Pois o espírito de competição era um excelente estimulador para os jovens assim:

Todos os meses, ou de dois em dois meses, eleger-se-ão magistrados na classe e, se parecer bem, atribuir-se-ão prêmios – a não ser na classe de retórica, naqueles lugares em que isso parecer desnecessário. Para esta eleição, os alunos deverão escrever um texto em prosa, em classe e durante todo o tempo da aula e, no caso das classes superiores, outro em verso ou em grego. Nas classes inferiores, se parecer conveniente, pode-se reservar meia hora para uma disputa. Aqueles que escreverem melhor obterão a magistratura superior, os que se lhes seguirem receberão, por ordem decrescente, outros títulos honoríficos, cujo nomes se hão-de tirar dos cargos civis e militares gregos e romanos, para dar a este procedimento um aspecto mais erudito. Além disso, para favorecer a emulação, a classe poderá dividir-se em duas partes, cada uma das quais terá as suas próprias magistraturas e a outra os respectivos adversários. Deste modo, cada aluno terá seu adversário correspondente. As magistraturas mais elevadas de cada uma das partes sentar-se-ão no primeiro lugar (MIRANDA, 2009, p. 46).

Contudo, é importante ressaltar que a competição era saudável (mente e corpo) e, aconteciam por meio de torneios escolares, sessões literárias, entre outros. Nas palavras de Rodrigues (1917, p. 68):

Não falamos da emulação desregrada que alimenta as paixões viciosas, accende a ira e instiga a vingança, mas daquela emulação

¹⁰ Corretor - homem sério e moderado, de fora da Companhia, que punia de acordo com as instruções recebidas do Prefeito de Estudos.

que o *Ratio Studiorum* chama *honesta aemulatio*, nobre emulação, que apresente aos olhos, para seguir-se, não *honra vã*, mas o sentimento da *honra verdadeira* que tem sido em todos os seculos móvel de heróicos *accommettimentos*.

As premiações eram outro incentivo à emulação que diante de grandes autoridades eclesiásticas e civis, na presença de familiares eram realizados eventos solenes para a distribuição dos prêmios aos alunos merecedores. O *Ratio* prescrevia normas para as premiações (números de prêmios, julgamento do concurso, realização do evento, e distribuição). Para o número de prêmios estava previsto:

Para a classe de Retórica haverá oito prêmios: dois para a prova latina, dois para poesia; dois para prosa grega e outros tantos para poesia. Para a classe de humanidades e a primeira classe de Gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se a poesia grega que, de regra, não ocorre abaixo da Retórica. Para todas as outras classes inferiores, quatro prêmios, omitindo-se também a poesia latina. Além disso, dê-se também, em todas as classes, um prêmio ao aluno ou aos dois alunos que melhor houverem aprendido a doutrina cristã. Conforme o número, grande ou pequeno dos estudantes, poderão distribuir-se mais ou menos prêmios, contanto que se considere sempre mais importante o de prosa latina (RATIO, 1952, p. 114).

Quanto ao julgamento, para a escolha do vencedor deverá ser nomeado o que escreveu com melhor estilo, e se obtiver empate em qualidade e estilo escolhe o que escreveu mais; se ainda assim houver empate será escolhido o que apresentar melhor ortografia, caligrafia, se em tudo forem iguais, os prêmios poderão ser divididos, multiplicados ou tirados em sorte (RATIO, 1952, p. 115).

Na solenidade dos prêmios:

No dia marcado, com a maior solenidade e assistência de convidados possível, leiam-se publicamente os nomes dos vencedores e cada um dos chamados levantar-se-á no meio da assembléia e receberá com toda a honra os seus prêmios. Se faltar alguém, sem licença dada, pelo Prefeito, por justas causas, reconhecidas pelo Reitor, perderá o direito ao premio inda que bem merecida (RATIO, 1952, p. 115).

No que diz respeito à distribuição dos prêmios:

O leitor chamará um dos premiados mais ou menos com esta fórmula: "Para maior glória e progresso das letras e de todos os alunos deste ginásio, mereceu o primeiro, o segundo e o terceiro etc.

prêmio em poesia latina, em poesia grega, N.” Entregue então o prêmio ao vencedor, acompanhando-o geralmente com uma brevíssima estrofe adaptada à circunstância e que, se possível, será logo entoada pelos cantores. Por último leia também os nomes dos mais se aproximaram dos vencedores, os quais se poderá distribuir também alguma distinção (RATIO, 1952, p. 115).

O teatro também era um incentivo poderoso utilizado pelos jesuítas, o qual desenvolvia todas as faculdades e aptidões dos discípulos. Conforme Rodrigues (1917, p.82) “os jesuítas consideravam o teatro uma verdadeira instituição e a scena uma continuação da aula, da capella... o verdadeiro, o bello e o bom era o que elles se propunham fazer amar, misturando, já se vê, o util com o agradável”. O teatro escolar era variado, desde o simples diálogo, até as tragédias, a comédia, o drama litúrgico e representações de mistérios da fé.

Como vimos inúmeras características marcaram a pedagogia jesuítica. Convém evidenciar, portanto, que a educação foi um fator bem cultivado e administrado pelos jesuítas e que suas normas e determinações eram cuidadosamente seguidas e respeitadas. Outro aspecto a ser destacado é que a Companhia de Jesus era uma sociedade estritamente religiosa e a pedagogia utilizada baseava-se no evangelho de Jesus Cristo e, dessa maneira, os colégios jesuíticos formavam homens de caráter predominantemente católicos.

3.4. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PREVISTA NO *RATIO STUDIORUM*

No século XVI a situação do professor não era das melhores como apresenta Franca (1952), pois por motivos econômicos ou por motivos morais a profissão caiu em grande desprestígio e a situação deste profissional estava muito abaixo de sua nobre missão. No entanto, a Companhia sempre esteve atenta à formação do professor e, para modificar esta realidade, dedicou-se a formação reabilitadora do mestre, realizando um progresso na educação e adiantando-se ao seu século.

É um fato comprovado pela história que a Companhia de Jesus procurou satisfazer as intenções do fundador e atribuiu em todo tempo decidida importância à formação dos professores que em seus collegios haviam de ensinar e educar a juventude (RODRIGUES, 1917, p. 90).

A formação do mestre deveria ser completa, abrangendo todos os aspectos da perfeição humana, pois é ele quem modela no educando o homem perfeito de amanhã (FRANCA, 1952, p. 53).

Neste sentido, eram dedicados dois anos para a formação moral (primeira preocupação da Companhia de Jesus), ou seja, a formação da alma própria em que o futuro formador adquire o conhecimento próprio, o governo das paixões, o domínio sobre as tendências impulsivas.

A razão sobrepõe-se aos poucos à volubilidade dos caprichos. As virtudes cristãs da caridade, da paciência, da renúncia de si mesmo, da piedade sólida, transformam-se aos poucos em hábitos vivos, que pautam as ações dos futuros educadores. Além desta têmpera do caráter, a vida interior aguça a visão psicológica. Mais do que em qualquer tratado inanimado da psicologia, é no recolhimento habitual, na observação introspectiva dos próprios movimentos d' alma, na luta sincera, empenhada a fundo contra as paixões e a sua estratégia ardilosa, que se aprende a conhecer o homem, o seu coração, os meios de dirigir e elevar para os nobres ideais (FRANCA, 1952, p. 53).

Após o aperfeiçoamento moral, o jesuíta iniciava sua formação intelectual em que mais dois anos eram destinados ao aprofundamento das letras clássicas: latim, grego, hebreu.

Formação de eminentes professores de letras. – Para conservar o conhecimento das letras clássicas e alimentar um seminário de professores, procure ter na Província pelo menos, dois outros varões eminentes em literatura e eloquência. Para este fim entre os bem dotados e inclinados para este gênero de estudos designará, de quando em quando, alguns, suficientemente formados em outras disciplinas, a fim de constituírem, com o seu trabalho e esforço, um como viveiro ou seara que alimente e propague a raça dos bons professores (RATIO, 1952, p.75).

De acordo com o *Ratio*, regra 28 do Provincial, os jovens não aplicarão ao magistério se não concluir o curso de Filosofia. Assim sendo, eram consagrados mais três anos de estudo e dedicação para a formação filosófica.

Concluído o magistério o mestre iniciava o ensino superior cuja preparação era mais longa, sendo quatro anos para formação teológica e mais dois de especialização na disciplina que irá ministrar no ensino universitário. No entanto, o *Ratio*, na regra nove destinada ao Reitor, prescreve que após o término do curso de Filosofia e

antes de atuarem nos colégios, os futuros mestres façam um estágio com um professor experiente no ensino para vivenciar a prática do magistério realizando os ofícios de um bom professor (exercícios de preleção, ditado, correção de trabalhos escolares, entre outros).

Para que o futuro professor desfrute de uma melhor formação “é muito necessário que se preparem em academias privadas” (RATIO, 1952, p. 76), neste sentido, em 1563 a 2ª Congregação Geral, em seu Decreto 9, apresenta que na medida do possível todas as Províncias instituem uma Academia ou Seminário pedagógico para a formação de seus mestres.

Diante do exposto e em concordância com Franca (1952, p. 56) verificamos o quanto a Companhia de Jesus se preocupava com a perfeita formação pedagógica dos professores de seus colégios. De acordo com o autor a formação literária, cultura filosófica, iniciação pedagógica, nada descuidou o Ratio para preparar professores à altura de sua missão.

4. A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NA AMÉRICA PORTUGUESA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao se iniciar a discussão referente aos aspectos educacionais na América Portuguesa destaca-se que a Ordem dos jesuítas (sem desmerecer as demais ordens religiosas, tanto mais antigas como coevas à Companhia de Jesus) foi sem, sombra de dúvidas, uma das maiores instituições de ensino que existiu. Contudo, no que se refere à educação não vieram com o intuito de revolucionar ou inovar. “Não pretendem romper com as tradições escolares vigentes nem mesmo trazer-lhes contribuições inéditas” (FRANCA, 1952, p. 15), mas sim ofertar uma educação da melhor maneira possível para atender as necessidades e exigências do período.

Na pedagogia jesuítica, por exemplo, são encontrados dois fundamentos: o teológico e filosófico da escolástica, e a emulação, tão utilizada em seus estímulos pedagógicos, não é exclusiva da Companhia, uma vez que a escolástica já previa as competições entre os alunos. No entanto, com os jesuítas a emulação assumiu um caráter diferenciado, criando um incentivo, um estímulo a mais para que os alunos aprendessem o conteúdo.

A Companhia de Jesus não foi à primeira Ordem criada, havia outras que a precederam e tiveram suas origens também no espírito reformador do período. Como argumenta Costa (2007, p. 30) é necessário entender, mesmo que minimamente, o contexto histórico no qual o objeto de estudo está inserido para apreendê-lo na sua totalidade.

4.1. O *RATIO STUDIORUM* E OS COLÉGIOS DA BAHIA, DO RIO DE JANEIRO E DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVI

De acordo com Costa (2007), no século XVI, nas províncias de Portugal e naquelas ligadas ao reino lusitano, instituíram-se vários colégios. Na província do Brasil foram construídos três colégios: o da Bahia (1556), o do Rio de Janeiro (1567) e o de Pernambuco (1576).

O colégio da Bahia, fundado em 1556, é o principal, obtendo grande crescimento em virtude do desenvolvimento da cidade proporcionado pelo aumento dos engenhos de

açúcar, fazendas, por ser a estadia dos Governadores e Bispos e também por ser o local que os irmãos enviados de Portugal prosseguiram seus estudos. Anchieta, em 1584, (1988, p.334) apresenta que

Nele ha de ordinario escola de lêr, escrever algarismo, duas classes de humanidades, leram-se já dois cursos de artes em que se fizeram alguns mestres de casa e de fóra, e agora se acaba terceiro. Ha lição ordinaria de casos de consciência, e ás vezes, duas de teologia, donde saíram já alguns mancebos pregadores.

No colégio da Bahia residiam 62 pessoas, incluindo os residentes das três aldeias de índios, “todos empregam o mesmo cuidado, em ordem a se observarem diligentemente aquelas fórmulas e regras, nas quais se contém o instituto da nossa religião, sem omitirem um só ponto do seu ministério [...]” (ANCHIETA, 1988, p. 403)

O segundo colégio é o do Rio de Janeiro fundado em 1567, nele havia escolas de ler, escrever e algarismo, uma classe de latim e lição de casos de consciência “a este colegio estão subordinadas as casas de S. Vicente, S. Paulo e espírito Santo (ANCHIETA, 1988, p. 334). Neste colégio iniciaram-se os primeiros estudos no Rio de Janeiro e como reitor estava à frente o Padre Manuel da Nóbrega¹¹. Após sua morte em 1570, nomeou-se para reitor em 1573 o P. José de Anchieta, mas preferiu o provincial deixar no cargo o P. Braz Lourenço uma vez que Anchieta teve que ficar em São Vicente e não chegou a tomar posse.

Em 1574 instituiu-se a primeira classe de Humanidades, sob comando do P. António Ferreira, pregador e mestre de noviços. Matricularam para os estudos 19 alunos, sendo 5 da casa e 14 de fora. Os estudos estavam progredindo e, em 1583, o colégio contemplava três cursos: elementar, Humanidades e Teologia Moral ou

¹¹ Em 1553, Nóbrega foi escolhido por Loyola, com a aprovação do rei português, como o primeiro provincial da recém província jesuítica do Brasil. Participou da fundação das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro e também na luta contra os franceses, como conselheiro de Mem de Sá. Além das suas viagens por toda a costa de São Vicente e Pernambuco, estimulou a conquista do interior e convenceu os portugueses a não permanecerem apenas no litoral. Nóbrega foi o primeiro a dar o exemplo, ao subir ao planalto de Piratininga, para fundar a cidade de São Paulo que viria a ser o caminho para o sertão e para a expansão do território brasileiro. Por desavenças com os portugueses que viviam no Brasil e por divergências com o provincial português, Nóbrega foi afastado do provincialato em 1556. Passou o resto da sua velhice no colégio do rio de Janeiro, até sua morte, em 1570.

Casos de Consciência. Serafim Leite mostra, no livro *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que a Bahia era então a capital do Brasil sendo natural que fosse sede do maior colégio, mas os estudos do colégio do Rio de Janeiro não ficavam atrás, estavam se desenvolvendo muito bem à medida que aumentava a população e a importância da cidade.

O colégio do Rio de Janeiro teve como reitores: Manuel da Nóbrega (1567-1570), que foi o fundador e primeiro reitor; Gonçalo de Oliveira (1570-1573), nomeado por Nóbrega antes de sua morte; Braz Lourenço (1573-1576); Pedro de Toledo (1576-1583); Inácio Tolosa (1583-1591); Fernão de Oliveira (1592) era vice-reitor, posteriormente reitor da Baía; Francisco Soares (1594); Fernão Cardim (1594-1598); Francisco Soares (1598-1601) vice-reitor pela segunda vez.

Leite (1938) descreve que quando Nóbrega foi pela primeira vez a Pernambuco, em 1551, pensou em ensinar meninos e instituir um seminário semelhante ao que existia na Bahia e em São Vicente, mas sua ideia não foi adiante.

Em 1564 há indícios de que ocorreram algumas aulas junto com a catequese. No entanto, os estudos se iniciaram definitivamente no segundo semestre de 1568, quando o P. Luiz da Grã, por determinação de Inácio de Azevedo, estabeleceu em Pernambuco o curso elementar de ler e escrever, cujo primeiro professor foi o P. Amaro Gonçalves. Conforme Leite (1938) em 1570 inaugurou-se no colégio a primeira aula de latim em que ele também foi o primeiro mestre.

O autor afirma que as aulas começaram com entusiasmo, junto com o curso de ler e escrever deu início ao curso de caso de consciência, não com a mesma regularidade. Ficaram célebres as festas de abertura do ano letivo de 1573 a 1574, dias dois e três de fevereiro:

Exercícios escolares, actos de declamação, representações teatrais, distribuição de prêmios, pecuniários ou em livros, aos alunos que se distinguiram em prosa e verso, proposição de enigmas, que se resolviam ou não conforme a dificuldade respectiva ou a habilidade dos concorrentes-festas literárias estas que logo deram aos estudos pernambucanos uma elevação que fazia suspirar o povo por alguma coisa de estável. Nestes actos literários externou o Doutor Salema, Ouvidor Geral e futuro Governador do Rio de Janeiro, a sua

admiração, afirmando que em qualquer Universidade se não faria melhor. Festas idênticas se repetiram depois (LEITE, 1938, p. 458).

Quando a população de Pernambuco pediu o colégio da Companhia os padres investigaram se seria possível ser instituído, e como se reunia na Bahia a Congregação Provincial em março de 1575, colocou-se o caso em discussão. Sendo as conclusões favoráveis foram apresentadas as seguintes razões para a construção do colégio:

1.^a – porque o lugar é grande e freqüentado e por isso também se pode tirar grande fruto;

2.^a – porque havia ali muita juventude para estudar e muito clero, que precisava do estudo, para ouvir e resolver casos de consciência;

3.^a – porque existiam também muitas povoações vizinhas e muitos engenhos, cheios de escravos, que poderiam ser ajudados dos Nossos, se o seu número aumentasse. E esta era a principal razão (LEITE, 1938, p. 467).

Em 1574, dois anos antes de o colégio ser instituído pelo Rei, contava-se com 92 alunos, sendo 32 de Humanidades, 70 do curso elementar. Esse número de alunos, diz Leite ser extraordinariamente alto para a época. Alguns anos depois baixou a frequência de estudantes, tornando a aumentar posteriormente. Em 1597 o P. Cristovão de Castro, passando por Pernambuco, se espantou com a quantidade de alunos em um colégio tão pequeno.

Quanto aos reitores do colégio de Pernambuco foram eles: Rodrigo de Freitas (1568-1572); Amaro Gonçalves (1572-1574); Melchior Cordeiro (1574-1576); Agostinho Del Castilho (1576) vice-reitor por pouco tempo, pois faleceu em Pernambuco no mesmo ano; Luiz da Grã (1577-1589); Pedro Toledo (1589-1592) foi a princípio apenas vice-reitor; Henrique Gomes (1592-1594); Vicente Gonçalves (exerceu o ofício vice-reitor, não foi encontrado a data, mas o catálogo de 1598 diz que foi por dois anos. Deve ter sido neste período, entre Gomes e Toledo (LEITE, 1938 p. 464)); Pedro de Toledo (1598-1603).

Todos os colégios deliberados pelo rei possuíam rendas para subsidiar suas despesas, já as demais casas (em todas nessas casas existiam escolas de ler,

escrever e algarismo) que existiam sobreviviam de escolas de moradores e recebiam ajuda dos colégios os quais eram subordinados.

No Brasil, por exemplo, nos Colégios propriamente ditos, era por direito possuir algumas aulas de ensino secundário, ao menos Gramática ou Humanidades. Leite (1938, p. 72) afirma que

Depois do estudo elementar, que também houve sempre nos Colégios do Brasil, o primeiro curso, segundo S. Inácio, abrange as Letras Humanas, o latim, o grego, e o hebreu. Entendia êle por Letras Humanas, além da Gramática, a Retórica, a Poesia e a História.

O *Ratio* na versão de 1599 divide o curso de Letras (primeiro estágio de estudos da Companhia) em três partes: Retórica, Humanidades e Gramática em que a última é subdividida em Suprema, Média e Ínfima. Segundo Leite (1938, p. 72): “Quando se Lê nos documentos que havia duas classes de latim, isto significa, em todo o século XVI, no Brasil, não algumas das subdivisões da Gramática, mas duas daquelas três grandes secções: Gramática e Humanidades”.

Leite (1938) apresenta que o Irmão António Blasques ensinou a primeira classe de latim no Colégio da Baía em 1553. Posteriormente, a Gramática adotada no Brasil e em todo o mundo foi a do Padre Manuel Álvares. No período do Renascimento juntou-se ao estudo do latim o estudo da língua grega, contudo o latim ainda possuía maior predomínio. No latim se escrevia todos os documentos científicos e se traduziam as obras da antiguidade.

Os pedagogos do século XVI davam importância decisiva ao estudo do latim, e defendiam-no por tôdas as vias possíveis. [...] O legislador da Universidade de Estrasburgo, J. Sturm, mandava punir quem usasse outra língua que não fôsse a latina (LEITE, 1938, p. 72-73).

O curso de Letras na Bahia, desde seu início em 1553, tirando o breve período de 1560 quando faltaram os estudantes da Sé, nunca deixou de funcionar. A partir de 1564 com a oficialização do colégio da Bahia não consta interrupções, sempre existiram as duas formas: Humanidades ou Gramática, sendo que, segundo Leite, na maioria das vezes tinham ambas as classes.

Em Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, porém os mais indicados pelo *Ratio* eram Cícero e Virgílio. No Brasil durante o século XVI não havia estudos do Grego a não ser o que os padres classificavam de grego da terra, isto é, língua dos índios, que posteriormente fez-se gramática para ensinar nos colégios.

Em seguida do curso de Letras vem o curso de Filosofia que contempla a Lógica, a Física, a Matemática, a Ética, e a Metafísica. Quanto à duração do curso no Brasil recomendou o mesmo indicado para o Colégio de Coimbra em 1567, três anos.

Quanto ao horário das aulas, a princípio, duravam duas horas de manhã e duas horas à tarde. Em 1579 aumentou-se meia hora a mais em cada período, contudo, verificou-se que não era adequado devido o calor que se fazia na terra, permanecendo, assim, o horário antigo. No ano de 1586, com o advento do P. visitador Cristóvão de Gouveia que trouxe ordens de reorganização dos estudos ficou estabelecido que “nas aulas de latim, escrever e Artes, se gastarão duas horas e meia de manhã e outro tanto à tarde, começando no inverno às oito e no verão às sete” (LEITE, 1938, p. 75).

O curso de Dialética e Teologia teve início em 1572, quatro anos após o pedido realizado pela Congregação Provincial da Baía por uma faculdade destinada para esses ensinamentos. Foi o primeiro curso de Artes (Filosofia e Ciências) no Brasil, considerado mais elevado que o de Letras. Geralmente havia um curso de Artes a cada quatro anos com duração em média de três anos. Iniciou em 1593 com 20 estudantes e, cinco anos mais tarde, contavam com 40. Como salienta Leite (1938, p. 96), os anos de 1572 a 1575 são marcos na história da instrução luso-brasileira, já que datam os primeiros graus de bacharel em Artes.

O curso de Teologia dividia-se em Moral, na qual eram estudados os atos, virtudes, vícios etc. (eram denominados de lição de casos). Essas lições de casos sempre existiram no Brasil, o P. Quirício Caxa ministrava o curso em 1565 no colégio da Baía. Nessas lições eram tratados os casos mais ocorrentes no Brasil e arquivavam-se as soluções, entre elas:

liberdade dos índios, sacramentos, negócios, etc. além da liberdade dos índios, em que intervieram Quirício Caxa e Nóbrega,

conservavam-se as resoluções tomadas acêrca de outros assuntos morais como os *Pareceres sôbre os casamentos dos Índios no Brasil*, em que deram a sua opinião vários professores de Portugal, [...] *Pareceres sôbre o baptismo dos Índios do Brasil; sôbre o preceito de ouvir missa*, e outros [...] (LEITE, 1938.p. 77).

O curso de Teologia Especulativa começou com o de Artes em 1572. No ano de 1581 haviam dois cursos de Teologia, um deles destinados exclusivamente aos melhores alunos do curso de Artes. Leite (1938, p. 79) informa que em 1586, já se anunciava a chegada do *Ratio Studiorum* no seu primeiro esboço. Enquanto isso o Padre visitador deixou algumas instruções:

Haverá também uma lição de Teologia na qual, enquanto não chegar a ordem dos estudos, que de Roma se enviará a tôdas as províncias, se guardará esta, a saber: que explicarão as três partes de São Tomaz, com tal ordem que, em quatro anos, se leiam as principais matérias do especulativo: no 1.º ano a matéria de *Beatitudine Scientia Dei, Voluntate Dei, Praedestinatione, Trinitate, ET Angelis*, no 2.º e 3.º ano, de *Voluntario, Peccatis, Gratia, Fide, Spe, ET Charitate*; no 4.º ano de *Incarnatione* e as mais, que puderem, dentro dos quatro anos. As outras matérias de São Tomaz se poderão deixar para o que ler a lição de casos, na qual sòmente se lerá Caetano ou Navarro, de maneira que, dentro de três ou quatro anos, se leiam as principais matérias morais, de *Contractibus, Restitutione, Voto, Iuramento, Sacramentis et Censuris*. E quando não houver lição de especulativo, poderão ler duas de caso. E não se deem glosas senão em latim e por espaço de meia hora; e a outra meia, pelo menos, gastarão em ler a lição, e tomar conta da lida. E não deem opiniões contrárias às que os Nossos comumente seguem.

Com essa ordem de estudos teológicos se previa a interrupção do curso de Teologia Especulativa, o que acontecia devido à falta de alunos, pois muitos se contentavam apenas com o curso de Teologia Moral e com alguns estudos abreviados de dogma.

Segundo Leite (1938), no ano de 1589 uma estatística confirma os progressos nos estudos. Os estudantes na Faculdade de Teologia eram um interno e cinco externos; de estudos de Casos de Consciência (Teologia Moral), três internos e seis externos; e do Curso de Filosofia (Artes) eram oito internos e dezesseis externos.

Quanto a Humanidades, o autor expõe que na primeira classe, havia um interno e quinze externos; na segunda classe havia um interno e quarenta externos. Neste período os alunos da classe de instrução elementar eram 120. Entre os estudantes

jesuítas havia dois grupos, os que dedicavam às letras, mais professores e pregadores, e outro grupo que se dedicava à conversão dos gentios.

Leite (1938, p. 88) menciona que no final do século XVI nos três colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) encontravam-se um corpo docente respeitado de 12 professores, alguns deles graduados, capacitados para docência de Teologia, Artes e Humanidades em qualquer parte do mundo. Contudo, no que se refere ao ensino era necessário, além de bons professores, a disciplina nos colégios, o que no século XVI era rigorosa, no Brasil menos do que na Europa.

Até o início do século XVI, para manter a ordem e a disciplina nos colégios eram aplicados além de castigos de repreensão, reclusão ou privação de recreio os castigos corporais. De acordo com Leite (1938), sobre os castigos corporais não é encontrado na legislação da Companhia nada determinando expressamente para os colégios no Brasil neste século, “a não ser que não recebessem açoites os estudantes de 16 anos para cima, e não se castigassem por ninguém da Companhia, mas pelo corretor [...] (p. 89-90).

O autor argumenta que os colégios dos jesuítas no Brasil provavelmente seguiam as ordens e determinações do visitador Jerónimo Nadal, de 1561, que dividiu os estudantes externos em três grupos: menores, médios e grandes, nos quais os menores podiam ser açoitados, os médios recebiam palmatória e os grandes nem palmatórias nem açoites, pois estes seriam repreendidos primeiramente em particular e depois em público e, caso não fosse suficiente, seriam expulsos dos colégios.

Citamos, a título de exemplo, um de castigo moral ocorrido na escola de São Paulo de Piratininga.

Mandou-se um menino buscar umas limas doces. O menino foi, mas escondeu algumas no quintal. José de Anchieta, que estava sentado na escola com o P. Vicente Rodrigues, chamou então outro menino estudante, Domingos Gracia (mais tarde Padre e grande sertanista) e disse-lhe que fôsse ao quintal e lhe trouxesse as limas que acharia escondidas em certo buraco, que lhe indicou. Chegadas as limas, Anchieta entregou-as ao menino que as escondera, dizendo-lhe: Toma-as, são para ti, mas não furtas! (LEITE, 1938, p. 93).

No entanto, S. Inácio e a Companhia de Jesus suavizaram esses meios de correções, dando maior ênfase ao elemento moral, recomendando o estímulo e a emulação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma prática social, uma atividade humana e histórica que se realiza nos múltiplos espaços da sociedade. São muitos, os significados da educação no decorrer dos tempos e estes variam de acordo com o momento histórico, político e econômico em que a educação está engendrada.

Com o estudo da história da educação torna-se possível compreender os processos educacionais em diferentes épocas. Neste sentido, julgo o estudo realizado neste trabalho importante e fundamental para a minha formação enquanto profissional da educação, pois conhecer o passado para entender as relações sociais existentes na época atual é de suma importância, sobretudo no campo educacional, uma vez que a educação é também uma construção social.

Toda sociedade define um modelo de homem a ser formado, um indivíduo ideal para nela viver, definindo seus comportamentos, visões de mundo, crenças e valores, muitas vezes a sociedade deposita na educação os anseios de ter respostas as suas necessidades mais urgentes.

Importa lembrar que a Companhia de Jesus e seu método pedagógico sempre ocuparam o currículo dos cursos voltados para a educação, compreende-se assim o interesse em ampliar os estudos acerca da temática.

O trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo foi o estudo do *Ratio Studiorum*, teve o fim de conhecer um pouco mais sobre o Plano Pedagógico utilizados nos colégios da Companhia, ou seja, a história, a organização, as normas e regras, para verificar o quanto deste Método foi utilizado no ensino na América Portuguesa.

Observando a trajetória do *Ratio Studiorum*, cujo passo inicial se deu em 1551, quando Jerônimo Nadal sistematizou o plano de estudos a partir de sua experiência no Colégio Romano, até a sua aprovação definitiva em 1599, para, então, vigorar nos colégios da Companhia de Jesus, verifica-se que o referido documento é filho da experiência e de árduo trabalho coletivo. Em sua elaboração recebeu contribuições da sabedoria antiga, do cristianismo, da Idade Média (Escolástica) e do Renascimento.

Este manual prático discorre sobre os papéis de todos os envolvidos no colégio: Reitor, Prefeito de Estudos, professores, disciplinadores e os estudantes. Discorre, também, sobre os níveis de ensino (Humanidades, Filosofia e Teologia) e sobre as matérias/disciplinas que os alunos deveriam cumprir. As atividades e filosofia de ensino que não se relacionam diretamente ao conteúdo também são descritas no *Ratio*, como, por exemplo, as competições entre alunos, entre classes e entre fraternidades, a disciplina, as orações e o preparo técnico para o sacerdócio.

Nesse sentido, sendo o *Ratio* filho da experiência, podemos considerar que a educação na América Portuguesa durante o século XVI contribuiu para a elaboração e promulgação do documento que no ano de 1586, já anunciava a sua chegada no primeiro esboço. E, enquanto se esperava a instituição do documento no Brasil era respeitado no que diz respeito ao ensino o regulamento das Constituições, cuja quarta parte consagrada ao ensino serviu para a organização do *Ratio Studiorum* e as instruções dos visitantes.

Quanto ao currículo, percebe-se que na medida do possível eram aplicadas nos colégios da América Portuguesa as disciplinas que estariam contidas no Manual: Humanidades, Filosofia, Teologia, mas com certas flexibilidades, pois não se possuía toda a estrutura dos colégios Europeus e nem alunos suficientes para se abrir determinada classe.

Em Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, porém os mais indicados pelo *Ratio* eram Cícero e Virgílio. Durante o século XVI não havia estudos do Grego no Brasil, a não ser, o que os padres classificavam de grego da terra, isto é, língua dos índios que posteriormente fez-se gramática para ensinar nos colégios.

6. REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

BOXER, Charles. O império marítimo português 1415-1825. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHARMOT, S. J. **La pedagogia de los jesuitas**. Madrid: Sapientia, 1952.

COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de doutoramento. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

COSTA, C. J. e MENEZES, S. L. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, E. R; RODRIGUES, E; NEVES, F. M. (ORG.). Fundamentos históricos da educação no Brasil. Maringá: Eduem, 2005.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MIRANDA, Margarida. **Código pedagógico dos jesuítas: *Ratio Studiorum*** da Companhia de Jesus. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

Óneill, Charles E.; Domínguez, Joaquín (directores). **Diccionario Histórico de La Compañia de Jesús Biográfico- Temático**. Institutum Historicum, Roma: Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2011.

PAIVA, José Maria de. Colonização e Catequese. São Paulo: Arké, 2006.

PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de (Org.). **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel, **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

RODRIGUES, Francisco. **A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões – esboço histórico, superiores, colégios, 1540-1934**. 2. ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1935.

RODRIGUES, Francisco. **A formação intellectual do jesuíta – leis e factos**. Porto: Magalhães & Moniz, 1917.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.